

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Serviço de Telefonia Fixo Comutado (STFC) 68/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
68/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JEAN LIMA DOS SANTOS	11/12/2025 17:06 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00094.000543/2025-91

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, abrangendo chamadas locais, de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), para atendimento às necessidades da Presidência da República, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Catser	Unidade	Quantidade Mensal Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC LOCAL, FIXO-FIXO)	26115	Minutos	50.000	0,10	5.000,00	60.000,00
	2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC LOCAL, FIXO-MÓVEL, VC1)	26123	Minutos	45.000	0,18	8.100,00	97.200,00
	3	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC LDN, FIXO-FIXO, Degraus 1 a 4)	26131	Minutos	30.000	0,10	3.000,00	36.000,00
	4	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC LDN, FIXO-MÓVEL, VC2 E VC3)	26140	Minutos	30.000	0,20	6.000,00	72.000,00
	5	Ligações internacionais LDI de telefones fixos para qualquer País/Região (STFC LDI - FIXO-FIXO/MÓVEL)	27839	Minutos	4.000	2,75	11.000,00	132.000,00
Total							33.100,00	397.200,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são classificados como comum.

1.2.1. Os serviços de telefonia enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, definidos no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que, a interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo a sua vigência plurianual mais vantajosa considerando que a execução dos serviços será de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando a manutenção das atividades essenciais de comunicação da Presidência da República.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do grupo.

1.7. Nas contratações de serviços de telefonia fixa, agrupar itens com a mesma natureza e especificações técnicas garante que os equipamentos e serviços sejam compatíveis e integrados. Isso evita a contratação de múltiplos fornecedores com sistemas distintos que podem não funcionar em conjunto e comprometendo a qualidade e eficiência dos serviços prestados aos usuários da Presidência da República.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A comunicação institucional é um elemento essencial para o funcionamento eficaz da Presidência da República e para a adequada prestação de serviços à sociedade. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) constitui uma ferramenta estratégica para viabilizar o contato entre unidades administrativas, órgãos públicos e o atendimento ao cidadão. A presente contratação visa garantir a continuidade do serviço de telefonia fixa, assegurando a qualidade e a disponibilidade da comunicação interna e externa, indispensável para atividades administrativas e finalísticas.

2.2. A demanda contempla as modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, abrangendo chamadas locais, de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), com foco na localidade de Brasília/DF (DDD 61). A Presidência da República dispõe de aproximadamente 4.000 ramais ativos, utilizados continuamente para a realização de chamadas, viabilizando o trâmite de processos internos, atendimento ao público, coordenação de atividades governamentais e articulação com órgãos e entidades nacionais e internacionais.

2.3. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência. A contratação observa a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, e as Resoluções ANATEL nº 426/2005, nº 632/2014, nº 754/2022, além da Lei nº 9.472/1997 e do Decreto nº 6.654/2008.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.4.1. ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000002/2026;

2.4.2. Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;

2.4.3. Id do item no PCA: 119;

2.4.4. Classe/Grupo: 141 - Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), Telecomunicações Móveis (SMP) e Telecomunicações Satelitais;

2.4.5. Identificador da Futura Contratação: 110001-68/2026.

2.5. A pretensa contratação está prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República - PDTI PR/VPR 2024/2027, publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação por meio da Resolução CGD/PR n.º 41, de 8 de outubro de 2024, bem como ao Plano de Logística Sustentável da Presidência da República (versão 2018):.

Item	Eixo	Id	Necessidade	Objetivo Estratégico
23	Telecomunicações	N23	Atualizar o serviço de comunicação do Presidente e do Vice-Presidente da República	OE1, OE5 e OE7
24		N24	Atualizar o serviço de comunicação nos deslocamentos do Presidente da República	OE1, OE5 e OE7
25		N25	Disponibilizar recursos para as atividades de telecomunicação	OE1 e OE7
26		N26	Garantir capacidade, nível de disponibilidade e performance da infraestrutura tecnológica e dos serviços de telecomunicações	OE1, OE5 e OE7

2.5.1 Descrição dos Objetivos estratégicos

Objetivo	OE1 – Prover soluções de TI para a PR
Descrição	Ampliar a capacidade da infraestrutura e serviços de TI entregues
Benefícios	Soluções de TI que melhorem o desempenho dos servidores da PR na execução de suas atribuições

Objetivo	OE5 – Aperfeiçoar a gestão dos serviços de TI na PR
Descrição	Utilizar as melhores práticas para realizar a administração dos serviços de TI
Benefícios	Garantir a continuidade dos serviços de TI e a disponibilidade dos recursos necessários ao cumprimento das metas institucionais, evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica

Objetivo	OE7 – Aprimorar a infraestrutura tecnológica da PR
Descrição	Manter os recursos de infraestrutura atualizados evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica
Benefícios	Garantir a continuidade dos serviços de TI e a disponibilidade dos recursos necessários ao cumprimento das metas institucionais

2.6. A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS-PR 2024/2026), que consolida práticas de sustentabilidade em conformidade com os critérios ESG (ambiental, social e de governança) conforme os seguintes objetivos:

- 2.6.1. Implementar práticas de sistema de compostagem de insumos orgânicos;
- 2.6.2. Minimizar o impacto ambiental na produção de resíduos relacionados às contratações de bens e serviços de engenharia e patrimônio;
- 2.6.3. Conscientizar os servidores e terceirizados a realizarem melhores práticas de gestão de resíduos;
- 2.6.4. Promover práticas de compensação de emissão de gases de efeito estufa - GEE;
- 2.6.5. Buscar soluções energéticas inovadoras com foco na redução de consumo e custos;
- 2.6.6. Promover a substituição de equipamentos obsoletos por modelos de alta eficiência energética em todas as áreas da organização;

- 2.6.7. Otimizar o consumo de água em todas as dependências do órgão;
- 2.6.8. Otimizar a ocupação dos espaços físicos da PR de forma racional e sustentável;
- 2.6.9. Aumentar a aplicação de critérios de sustentabilidade;
- 2.6.10. Garantir acessibilidade às informações disponíveis nos sítios eletrônicos do governo por Pessoa com Deficiência -PcD;
- 2.6.11. Disponibilizar a visita virtual ao Palácio do Planalto;
- 2.6.12. Estimular o desenvolvimento da comunidade local;
- 2.6.13. Aumentar ações de capacitação e conscientização de sustentabilidade.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A solução a ser contratada consiste na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, abrangendo chamadas locais, de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), para atendimento às necessidades da Presidência da República. A solução contempla a disponibilização de infraestrutura de telefonia fixa, por meio de entroncamento digital E1 ou tecnologia equivalente/superior, com faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), garantindo a comunicação eficiente entre as diversas unidades da Presidência da República, bem como com outros órgãos, entidades e cidadãos.

3.2. Os serviços a serem prestados incluem, mas não se limitam a:

3.2.1. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade ligação local: Permite a realização de chamadas entre telefones fixos dentro da mesma área local.

3.2.2. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Ligação Local pelo valor de Comunicação 1 (VC1): Permite a realização de chamadas de telefones fixos para telefones móveis dentro da mesma área local.

3.2.3. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (LDN): Permite a realização de chamadas entre telefones fixos em diferentes áreas locais dentro do território nacional.

3.2.4. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação (VC2) e (VC3): Permite a realização de chamadas entre telefones móveis em diferentes áreas locais dentro do território nacional..

3.2.5. Serviço Telefônico Fixo-Fixo e Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional (LDI): Permite a realização de chamadas de telefones fixos para telefones fixos ou móveis em outros países.

3.3. A contratada deverá fornecer, instalar e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1) junto às Centrais Telefônicas da Presidência da República, permitindo a realização do tráfego de múltiplas chamadas simultâneas. A infraestrutura da rede de voz da Presidência da República possui atualmente 13 troncos E1 com 30 canais cada e sinalização ISDN ativos, distribuídos em suas localidades. Além disso, a solução deve prever a disponibilização de faixas de ramais com Discagem Direta ao Ramal (DDR) para os cerca de 4.000 ramais ativos, garantindo a portabilidade numérica dos números telefônicos atualmente utilizados.

3.4. A solução deve incluir suporte técnico contínuo, com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, para contato e registro de ocorrências. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de seus circuitos e equipamentos instalados nas dependências da Presidência da República, sem ônus para a contratante, garantindo o pleno funcionamento dos serviços. As falhas que resultem em interrupção total do serviço deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas.

3.5. Será exigida a disponibilização de faturas com detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada), relatórios gerenciais sobre a utilização dos serviços e um portal de gestão online para consulta de faturas, detalhamento de chamadas e solicitação de serviços.

3.6. A contratada deverá garantir a prestação dos serviços com os níveis de qualidade estabelecidos pela ANATEL, em especial os definidos no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL - Resolução nº 717/2019 ou mais atual). O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato. A contratada deverá dispor de plano de contingência para garantir a continuidade dos serviços em caso de falhas ou interrupções, realizar monitoramento contínuo e fornecer relatórios periódicos de desempenho.

3.7. A solução proposta atende a todos os requisitos técnicos identificados no ETP, é compatível com a infraestrutura existente, apresenta a melhor relação custo-benefício e garante a continuidade dos serviços de telefonia fixa, essenciais para o funcionamento da Presidência da República e para o atendimento ao cidadão.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **REQUISITOS LEGAIS**

4.1. A contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) deve observar os seguintes requisitos legais:

4.1.1. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais.

4.1.2. Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras.

4.1.3. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços no âmbito da administração pública federal, e institui o Sistema TR Digital.

4.1.3. Resolução ANATEL nº 426/2005: Aprova o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

4.1.4. Resolução ANATEL nº 632/2014: Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC).

4.1.5. Resolução ANATEL nº 754/2022: Dispõe sobre o Regulamento de Universalização do STFC.

4.1.6. Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações): Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.

4.1.7. Decreto nº 6.654/2008: Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.

### **REQUISITOS TÉCNICOS**

4.2. Entroncamento Digital: Deverá ser fornecida pela contratada toda a infraestrutura necessária à implantação e operacionalização dos serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), incluindo, mas não se limitando, à oferta de enlaces de comunicação, como troncos de entrada e saída digitais (links E1), conversores, gateways, equipamentos de interconexão e demais dispositivos técnicos indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço, sem ônus adicional para a Presidência da República.

4.3. Sinalização: O padrão de sinalização a ser disponibilizado nos entroncamentos digitais E1 da rede de telefonia da Presidência da República deverá ser o ISDN (Integrated Services Digital Network).

4.4. Faixas de Ramais: Disponibilização de faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR).

4.5. Portabilidade Numérica: A contratada deverá realizar a portabilidade numérica dos números telefônicos atualmente utilizados pela Presidência da República.

4.6. Compatibilidade: Os serviços prestados devem ser compatíveis com a infraestrutura de telefonia existente na Presidência da República.

4.7. Modelo da Central PABX: ALCATEL OMNIPCX ENTERPRISE - OXE.

### **REQUISITOS DE SERVIÇO**

4.8. Modalidades de Serviço: Conforme detalhado na seção 3.2, abrangendo fixo-fixo e fixo-móvel, local, LDN e LDI.

4.9. Disponibilidade: O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato.

4.10. Qualidade do Serviço: Os serviços prestados devem atender aos parâmetros de qualidade estabelecidos pela ANATEL, em especial os definidos no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL - Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

4.11. Detalhamento de Chamadas: A contratada deverá disponibilizar faturas com detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada).

### **REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE**

4.12. Suporte Técnico: A contratada deverá fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

4.13. Atendimento de Ocorrências: A contratada deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante em até 24 horas corridas a contar de sua solicitação.

4.14. Correção de Falhas: Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas.

4.15. Manutenção Preventiva e Corretiva: A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a contratante, garantindo o pleno funcionamento dos serviços.

#### **REQUISITOS TEMPORAIS**

4.16. Prazo de Instalação:

4.16.1 A instalação da rede de infraestrutura da contratada para a habilitação e ativação dos serviços deverá ocorrer em até 40 (quarenta) dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço, nos endereços:

a) Sala 59, Subsolo do Palácio do Planalto. Praça dos Três Poderes s/n

- Central PABX Alcatel OmniPCX Enterprise (OXE) 120 canais com sinalização ISDN;

- Faixa de numeração 613411-1000 a 613411-1999.

b) Sala 101, Anexo III A - Palácio do Planalto. Praça dos Três Poderes s/n;

- Central PABX Alcatel OmniPCX Enterprise (OXE) 210 canais com sinalização ISDN.

- Faixa de numeração da Contratante:

613411-2000 a 2999

613411-3000 a 3999

613411-4000 a 4999

613411-5800 a 5999

613411-6000 a 6999

613411-8000 a 8999

613411-9000 a 9999

4.16.2. O Prazo de instalação no demais endereços serão agendados em conjunto com a equipe técnica da Contratante após a ativação e pleno funcionamento dos supracitados:

a) Sala Técnica - Subsolo do palácio do Alvorada - Zona Cívico-Administrativa, DF;

a) Sala Técnica - Subsolo do palácio do Jaburu - Zona Cívico-Administrativa, DF; e

a) Sala Técnica - Residência Oficial Granja do Torto, Brasília - DF.

4.17. Vigência Contratual: Conforme item 1.3 deste Termo de Referência.

4.18. Transição Contratual: A contratada deverá apresentar plano de transição contratual, incluindo a portabilidade da faixa numérica, garantindo a continuidade dos serviços em caso de encerramento do contrato atual.

#### **REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

4.19. Confidencialidade: A contratada deverá garantir a confidencialidade das informações transmitidas por meio dos serviços contratados.

4.20. Identificação de Pessoal: A contratada deve garantir que seus funcionários sempre se apresentarão para o serviço com uniformes e crachás quando houver necessidade de visita técnica.

4.21. Proteção de Dados: A contratada deverá observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) no tratamento de dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

#### **REQUISITOS SOCIAIS AMBIENTAIS E CULTURAIS (SUSTENTABILIDADE)**

4.22. Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais vigentes.

4.23. Acessibilidade: A contratada deverá garantir a acessibilidade dos serviços prestados, em conformidade com a legislação vigente.

4.24. Responsabilidade Social: A contratada deverá observar os princípios de responsabilidade social na execução dos serviços.

#### **REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

4.25. Licença ANATEL: A contratada deverá comprovar ser homologada pela ANATEL para prestação do tipo de serviço licitado.

4.26. Capacidade Técnica: A contratada deverá apresentar atestados de capacidade técnica que comprovem a prestação de serviços similares ao objeto da contratação.

4.27. Qualificação Técnica: A contratada deverá dispor de pessoal técnico qualificado para a prestação dos serviços contratados.

## REQUISITOS DE CONFORMIDADE

4.28. Regulamentação ANATEL: Os serviços prestados devem estar em conformidade com as normas e regulamentos da ANATEL.

4.29. Normas Técnicas: A contratada deverá observar as normas técnicas aplicáveis à prestação dos serviços.

4.30. Certificações: A contratada deverá apresentar as certificações exigidas pela legislação vigente para a prestação dos serviços contratados.

## SUBCONTRATAÇÃO

4.31. Não será admitida a subcontratação em parte ou no todo do objeto contratual.

## GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.32. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

4.33. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.33.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.33.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.33.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.33.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.33.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.34. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.35. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.36. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.37. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.37.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.38. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.38.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.38.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.39. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.40. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.41. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.42. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.42.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.42.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.43. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.43.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.43.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.44. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.45. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.46. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.47. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.48. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.49. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.50. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.51. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **VISTORIA**

4.33. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

# **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto ocorrerá 05 (cinco) após a emissão da ordem de serviço inicial.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: a CONTRATADA deverá realizar todas as instalações e configurações necessárias em sua rede e nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a instalação de infraestrutura necessária para as conexões e interoperabilidade entre as centrais telefônicas da Presidência e rede da contratada e a portabilidade da faixa de numeração.

## **ALTERAÇÕES E RECONFIGURAÇÕES**

5.2. Alterações de características técnicas decorrentes de mudanças na Central Telefônica, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA serão efetivadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da solicitação do CONTRATANTE. Para alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de troncos, os prazos variam de 30 (trinta) a 40 (quarenta) dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE.

## **PORTABILIDADE NUMÉRICA**



5.3. A CONTRATADA deverá realizar a portabilidade numérica, mantendo os números e/ou a(s) faixa(s) de numeração utilizados pelo CONTRATANTE, sem ônus para esta, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculado. A realização do processo de portabilidade será agendada em conjunto com o Contratante conforme regras estabelecidas pela ANATEL, após a liberação dos números pela operadora de origem.

#### **REDIMENSIONAMENTO DE TRONCOS**

5.4. O redimensionamento do entroncamento fornecido pela Contratada deverá ser suficiente e necessário para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico objeto deste Termo de Referência. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída serão fornecidos pela Contratada, sem ônus de qualquer natureza para a Contratante.

#### **QUALIDADE DO SERVIÇO**

5.5. A Contratada deve seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia fixa (STFC) presentes no Regulamento de Gestão da Qualidade (RGQ-STFC) da Anatel - Resolução n.º 717/2019 ou mais atual. A disponibilidade mínima do serviço deverá ser de 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos) do tempo contratado.

#### **SUPORTE TÉCNICO**

5.6. A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da Contratada.

#### **ROTINAS DE EXECUÇÃO**

5.7. A execução contratual observará as rotinas de configuração de rede, portabilidade numérica, cumprimento de requisitos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

#### **LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.8. Os serviços deverão ser prestados nas instalações da Presidência da República, em Brasília/DF, e em outras localidades conforme a necessidade e a infraestrutura existente, detalhadas no Estudo Técnico Preliminar. O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

#### **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as devidas instalações e conexões dos troncos, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE.

#### **ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA DO SERVIÇOS**

5.10. A Contratada prestará garantia técnica integral sobre o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) durante toda a vigência contratual, ficando obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços indicados no item 3.

#### **PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.11. Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **PREPOSTO**

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. .

#### **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências, emitirá notificações para correção de inexatidões ou irregularidades, e informará ao gestor do contrato situações que demandem decisão ou medidas que ultrapassem sua competência.

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **GESTOR DO CONTRATO**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Por se tratar de um serviço essencial de telecomunicações e de um serviço de interesse de todos os servidores da Presidência da República, a utilização é contínua e depende da necessidade de comunicação diária entre diversas pessoas e instituições. Portanto a medição e avaliação da execução dos serviços utilizará a contagem dos minutos de utilização das chamadas (fixo-fixo, fixo-móvel, local, LDN, LDI) conforme as estimativas de quantitativo de consumo apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e no item 1 deste Termo de Referência.

7.1.1. O consumo ou quantitativo de tempo e valores utilizados nas diversas chamadas originadas, serão aferidos pela ferramenta de gestão de custos de telecomunicações, propriedade da Contratante, TEMControle-Gestão de Telefonia, possibilitando a auditoria das faturas telefônicas, verificação de conformidade entre as faturas telefônicas e os valores contratados da operadora e conciliação entre a tarifação e as faturas;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **RECEBIMENTO**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade final dos serviços.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **LIQUIDAÇÃO**

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **FORMA DE PAGAMENTO**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **REAJUSTE**

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10 de setembro de 2025.

7.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Serviços de Telecomunicações - IST, que é responsável por medir a inflação do setor de telecomunicações no Brasil e tem por objetivo atualizar valores associados à prestação dos serviços de telecomunicações, especialmente tarifas da telefonia pública.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CESSÃO DE CRÉDITO**

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao

interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3. Multa:

8.3.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

8.3.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.14.133, de 2021;

8.3.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

8.3.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

8.3.6. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 1% (hum por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

8.3.7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

8.3.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.3.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.3.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.3.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.4.2. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.3. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.4.5. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

### **FORMA DE SELEÇÃO**

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133 /2021, por se tratar de serviço comum, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do grupo.

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

9.2. O critério de julgamento será o de menor preço por grupo, considerando a natureza do objeto e a padronização dos serviços de STFC, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.2.1. Valores unitários conforme planilha no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **REGIME DE EXECUÇÃO**

9.3. O regime de execução será por preço unitário, com base nas estimativas de consumo de minutos e assinaturas mensais, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar. A remuneração da contratada será proporcional aos serviços efetivamente prestados e medidos.

### **EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de percentual, limitado a 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de serviço continuado.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

9.30. Considerando que o serviço que demanda o sigilo, confiabilidade e envolvimento direto com informações sensíveis de usuários, o que poderia trazer riscos associados à atuação de múltiplos sujeitos, considerando as dificuldades na coordenação, comunicação, e responsabilização em caso de dano, fraude ou até perda ou escape de dados nas comunicações telefônicas da Presidência da República, justifica-se a necessidade das seguintes exigências de atestado de capacidade técnica:

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.2. Contrato(s) e/ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, pelo fornecedor, de serviços de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em modalidade compatível, abrangendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade de minutos previstos em cada categoria do objeto da contratação.

9.33. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

9.39. Por se tratar de serviço de tráfego de telefonia fixa, onde se utiliza apenas a interoperabilidade entre as redes da Contratada e da Contratante, não haverá necessidade de profissionais técnicos nos ambientes internos da Contratante.

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

19.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS**

9.45. Será exigida a seguinte documentação complementar para a participação de cooperativas:

9.46. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.49. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.50. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.51. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.51.1. ata de fundação;

9.51.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.51.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.51.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.51.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.51.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.51.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 397.200,00 (trezentos e noventa e sete mil e duzentos reais)**.

10.1.1. o valor corresponde ao custo estimado para um período de 12 meses.

10.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi baseada na análise do histórico de utilização dos serviços de telefonia fixa pela Presidência da República nos últimos 12 (doze) meses, considerando o volume de chamadas realizadas, a duração média das chamadas e os destinos mais frequentes. Além disso, foram considerados a estrutura organizacional da Presidência da República, a projeção de demanda futura, benchmarking com contratações similares e a inclusão de margem de segurança para absorver variações na demanda.

10.3. A memória de cálculo para a estimativa das quantidades anuais a serem contratadas é apresentada a seguir:

Item	Catser	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade Mensal Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	26115	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC LOCAL, FIXO-FIXO)	Minutos	50.000	0,10	5.000,00	60.000,00
2	26123	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC LOCAL, FIXO-MÓVEL, VC1)	Minutos	45.000	0,18	8.100,00	97.200,00
3	26131	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC LDN, FIXO-FIXO, Degraus 1 a 4)	Minutos	30.000	0,10	3.000,00	36.000,00
4	26140	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC LDN, FIXO-MÓVEL, VC2 E VC3)	Minutos	30.000	0,20	6.000,00	72.000,00
5	27839	Ligações internacionais LDI de telefones fixos para qualquer País/Região (STFC LDI - FIXO-FIXO/MÓVEL)	Minutos	4.000	2,75	11.000,00	132.000,00
Total						33.100,00	397.200,00

**Observação:** Os valores unitários e o valor total estimado da contratação serão definidos com base na pesquisa de mercado e nas propostas apresentadas pelos licitantes, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração da Presidência da República.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. São obrigações do Contratante:

12.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

12.1.6. efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

12.1.7. aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

12.1.8. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

12.1.9. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.10. fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto Termo de Referência.

12.1.11. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

### **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

12.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.1. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.2. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

12.2.3. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

12.2.4. efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização dos serviços no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

12.2.5. disponibilizar formas de comunicação com a Contratante, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado;

12.3.6. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

12.2.7. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.2.8. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.9. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

12.2.10. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

12.2.11. a indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.2.12. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica, quando necessário, nos seguintes locais: Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes - Plano Piloto, Brasília - DF; Anexos do Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes - Plano Piloto, Brasília - DF; Palácio do Alvorada, Zona Cívico - Administrativa Palácio da Alvorada - Plano Piloto, Brasília - DF; Residência Oficial do Torto, Setor Habitacional Torto, em Brasília, DF; Palácio do Jaburu (Palácio da Jaburu - Lago Paranoá, Brasília - DF.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este Termo de Referência e a futura contratação regem-se pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), pelo Decreto nº 10.540/2020, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017 (quando aplicável), e demais normas federais pertinentes, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

13.3. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.4. Este Termo de Referência, bem como todos os atos e documentos do processo de contratação, serão públicos e acessíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo a transparência e o controle social.

## REFERÊNCIAS

13.5. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) [Decreto nº 10.540/2020] Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10540.htm) [Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017]

13.6. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/in-05-2017-seges-mp.pdf> [Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022]

13.7. Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-seges/me-n-58-de-8-de-agosto-de-2022-423087093>

13.8. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-81-de-25-de-novembro-de-2022>

13.9. [Resolução ANATEL nº 426/2005] Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2005/374-resolucao-426>

13.10. [Resolução ANATEL nº 632/2014] Resolução nº 632, de 7 de março de 2014. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2014/750- resolucao-632>

13.11. [Resolução ANATEL nº 754/2022] Resolução nº 754, de 16 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2022/1806- resolucao-754>

13.12. [Lei nº 9.472/1997] Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9472.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9472.htm)

13.13. [Decreto nº 6.654/2008] Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/D6654.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6654.htm)

13.14. [Lei nº 12.305/2010] Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12305.htm)

13.15. [Lei nº 13.709/2018] Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)

13.16. [Lei nº 8.078/1990] Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078compilado.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.ht)

## 14. ANEXO 1

### ANEXO I

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº ...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local - UF, ..... de ..... de 20.....

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. ANEXO 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

SECRETARIA-EXECUTIVA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE TECNOLOGIA

TERMO DE CIÊNCIA /2025/ DITEC/SA/SE/CC/PR

Brasília, na data da assinatura.

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade. No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados. Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:	
Objeto:	
Contratante:	Presidência da República
Gestor do Contrato:	
SIAPE:	
Contratada:	
CNPJ:	
Preposto da Contratada:	
CPF:	

2- CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (SEI nº xxxxxxx ) e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura

16. ANEXO 3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

SECRETARIA-EXECUTIVA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE TECNOLOGIA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE /2025/ DITEC/SA/SE/CC/PR

Brasília, na data da assinatura.

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela (o) \_\_\_\_\_ e do Cadastro da



Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, nos termos do Contrato nº \_\_\_\_\_, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, denominada simplesmente CONTRATANTE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, reveladas à CONTRATADA, em função da prestação dos serviços objeto do Contrato n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.
2. A expressão "informações de acesso restrito" abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a CONTRATADA ter acesso em razão da execução do contrato celebrado.
3. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da CONTRATANTE, das informações de acesso restrito reveladas.
4. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista no Contrato n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ as informações de acesso restrito reveladas.
5. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. A CONTRATADA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a execução do contrato, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado.
7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da CONTRATADA que terão acesso às informações da CONTRATANTE deverão ser imputáveis perante a lei.
8. A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
9. A CONTRATADA devolverá imediatamente à CONTRATANTE, ao término do Contrato, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência do vínculo contratual com a CONTRATANTE.
10. A quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da CONTRATANTE, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, além das eventuais sanções definidas no contrato, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
11. Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da vigência do Contrato.
12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da CONTRATANTE.

Por estar de acordo, a CONTRATADA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
<REPRESENTANTE DA CONTRATADA>

<vínculo do representante com a contratada>

RG:

CPF:

DE ACORDO:

(integrantes da equipe técnica da CONTRATADA)

Nome:	_____	Nome:	_____
RG:	_____	RG:	_____

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDSON LUIZ NASSAR GOUVEA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/12/2025 às 16:55:10.*

**HERNANDO SOARES ARAUJO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/12/2025 às 17:06:09.*

**JEAN LIMA DOS SANTOS**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/12/2025 às 16:52:37.*

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Estudo Técnico Preliminar 98/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 00094.000543/2025-91

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A comunicação institucional é elemento essencial para o funcionamento eficaz da Presidência da República e para a adequada prestação de serviços à sociedade. Nesse contexto, o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) constitui ferramenta estratégica para viabilizar o contato entre unidades administrativas, órgãos públicos e o atendimento ao cidadão.

2.2. A presente contratação tem por objetivo garantir a continuidade do serviço de telefonia fixa no âmbito da Presidência da República, assegurando a qualidade e a disponibilidade da comunicação interna e externa. O STFC é indispensável tanto para as atividades administrativas quanto para as finalísticas, permitindo a troca ágil de informações entre servidores, unidades organizacionais e interlocutores institucionais.

2.3. A demanda contempla as modalidades fixo-fixo e fixo-móvel - local, LDN e LDI, abrangendo as localidades de Brasília/DF (DDD 61) com vistas à substituição do Contrato nº 10/2021 (Processo SEI nº 00094.000351/2020-71), cuja vigência expira em 15/04/2026, sem previsão legal de prorrogação.

2.4. A Presidência da República dispõe de aproximadamente 4.000 ramais ativos, os quais atendem a uma estrutura organizacional composta por cerca de 3.700 servidores em exercício. Essa infraestrutura é utilizada de forma contínua para a realização de chamadas locais, interurbanas (LDN), internacionais (LDI) e para telefones móveis, no atendimento das demandas institucionais da Presidência.

2.5. Tais comunicações são imprescindíveis para o desempenho das atribuições constitucionais e administrativas da instituição, viabilizando o trâmite de processos internos, o atendimento ao público, a coordenação de atividades governamentais e a articulação com órgãos e entidades nacionais e internacionais. Diante disso, é essencial que os serviços de telefonia ofertados disponham de soluções que assegurem disponibilidade, estabilidade e cobertura adequadas, de forma a garantir a continuidade e a segurança das comunicações institucionais.

2.6. Dessa forma, a contratação de novo serviço de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) configura-se como necessária e essencial, garantindo a sustentação das comunicações institucionais e o pleno funcionamento das atividades da Presidência da República.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Atendimento a Usuários e Telecomunicações	Ramon Eduardo Barros Barreto

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****Requisitos Legais**

4.1. A contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) deve observar os seguintes requisitos legais:

4.1.1. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais;

4.1.2. Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras;

4.1.3. Resolução ANATEL nº 426/2005: Aprova o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);

4.1.4. Resolução ANATEL nº 632/2014: Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC);

4.1.5. Resolução ANATEL nº 754/2022: Dispõe sobre o Regulamento de Universalização do STFC;

4.1.6. Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações): Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações;

4.1.7. Decreto nº 6.654/2008: Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.

## **Requisitos Técnicos**

### **4.2. Requisitos de Infraestrutura**

4.2.1. Entroncamento Digital: Deverá ser fornecida pela contratada toda a infraestrutura necessária à implantação e operacionalização dos serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), incluindo, mas não se limitando, à oferta de enlaces de comunicação, como troncos de entrada e saída digitais (links E1), conversores, gateways, equipamentos de interconexão e demais dispositivos técnicos indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço, sem ônus adicional para a Presidência da República.

4.2.2. Sinalização: O padrão de sinalização a ser disponibilizado nos entroncamentos digitais E1 da rede de telefonia da Presidência da República deverá ser o ISDN (Integrated Services Digital Network).

4.2.3. Faixas de Ramais: Disponibilização de faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR);

4.2.4. Portabilidade Numérica: A contratada deverá realizar a portabilidade numérica dos números telefônicos atualmente utilizados pela Presidência da República, sem interrupção do serviço;

4.2.5. Compatibilidade: Os serviços prestados devem ser compatíveis com a infraestrutura de telefonia existente na Presidência da República.

4.2.6. Modelo da Central PABX: ALCATEL OMNIPCX ENTERPRISE - OXE.

## **Requisitos de Serviço**

4.3. Modalidades de Serviço: Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade ligação local; Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Ligação Local pelo valor de Comunicação (VC1); Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (LDN); Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 2 (VC2); Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 3 (VC3); Serviço Telefônico Fixo-Fixo e Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional (LDI).

4.4. Disponibilidade: O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato;

4.5. Qualidade do Serviço: Os serviços prestados devem atender aos parâmetros de qualidade estabelecidos pela ANATEL, em especial os definidos no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL - Resolução nº 717/2019 ou mais atual);

4.6. Detalhamento de Chamadas: A contratada deverá disponibilizar faturas com detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada).

## **Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico**

4.7. Suporte Técnico: A contratada deverá fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana;

4.8. Atendimento de Ocorrências: A contratada deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante em até 24 horas corridas a contar de sua solicitação;

4.9. Correção de Falhas: Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas;

4.10. Manutenção Preventiva e Corretiva: A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a contratante, garantindo o pleno funcionamento dos serviços.

## **Requisitos Temporais**

4.11. Prazo de Instalação: A instalação da rede de infraestrutura da contratada para a habilitação dos serviços deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço;

4.12. Vigência Contratual: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

4.13. Transição Contratual: A contratada deverá apresentar plano de transição contratual, garantindo a continuidade dos serviços em caso de encerramento do contrato.

#### **Requisitos de Segurança da Informação**

4.14. Confidencialidade: A contratada deverá garantir a confidencialidade das informações transmitidas por meio dos serviços contratados;

4.15. Identificação de Pessoal: A contratada deve garantir que seus funcionários sempre se apresentarão para o serviço com uniformes e crachás;

4.16. Proteção de Dados: A contratada deverá observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) no tratamento de dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

#### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.17. Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais vigentes;

4.18. Acessibilidade: A contratada deverá garantir a acessibilidade dos serviços prestados, em conformidade com a legislação vigente;

4.19. Responsabilidade Social: A contratada deverá observar os princípios de responsabilidade social na execução dos serviços.

#### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.20. Licença ANATEL: A contratada deverá comprovar ser homologada pela ANATEL para prestação do tipo de serviço licitado;

4.21. Capacidade Técnica: A contratada deverá apresentar atestados de capacidade técnica que comprovem a prestação de serviços similares ao objeto da contratação;

4.22. Qualificação Técnica: A contratada deverá dispor de pessoal técnico qualificado para a prestação dos serviços contratados.

#### **Requisitos de Conformidade**

4.23. Regulamentação ANATEL: Os serviços prestados devem estar em conformidade com as normas e regulamentos da ANATEL;

4.24. Normas Técnicas: A contratada deverá observar as normas técnicas aplicáveis à prestação dos serviços;

4.25. Certificações: A contratada deverá apresentar as certificações exigidas pela legislação vigente para a prestação dos serviços contratados.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **Análise do Mercado de STFC no Brasil**

5.1. O mercado de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil é regulado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e caracteriza-se pela presença de diversas operadoras com abrangência nacional e regional, devidamente licenciadas para a execução dos serviços de STFC

5.2. O mercado de STFC tem passado por transformações significativas nos últimos anos, com a redução gradual do número de acessos fixos em serviço, em função da crescente utilização de tecnologias alternativas de comunicação, como a telefonia móvel e os aplicativos de mensagens e chamadas via internet. No entanto, o STFC ainda representa um meio de comunicação essencial para a Presidência da República, especialmente para a comunicação institucional e o atendimento ao cidadão.

5.3. Segundo dados da ANATEL, o número de acessos fixos em serviço no Brasil apresenta uma redução de utilização considerável nos últimos anos. Apesar dessa tendência de redução, o STFC continua sendo um serviço relevante, especialmente para o segmento corporativo e para a administração pública, que demandam soluções de comunicação confiáveis e com garantia de qualidade.

### **Soluções Disponíveis no Mercado**

#### **STFC Tradicional**

5.4. A solução de STFC tradicional consiste na contratação de linhas telefônicas fixas convencionais, com entroncamento digital E1 e faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR). Esta solução é oferecida pelas principais operadoras de telefonia fixa do país e caracteriza-se pela alta confiabilidade e qualidade do serviço.

5.4.1. Vantagens: Alta confiabilidade e estabilidade do serviço; Qualidade de voz superior; Ampla cobertura geográfica; Compatibilidade com a infraestrutura de telefonia existente na maioria das instituições públicas e maiores possibilidades de redundância dos serviços.

5.4.2. Desvantagens: Custo relativamente acima em comparação com soluções alternativas; Menor flexibilidade para expansão ou redução da capacidade.

#### **STFC com Tecnologia VoIP**

5.5. A solução de STFC com tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) consiste na utilização de protocolos de internet para a transmissão de voz e entroncamento SIP, permitindo a integração da telefonia com a rede de dados da instituição. Esta solução pode ser oferecida pelas operadoras de telefonia fixa tradicionais ou por provedores especializados em serviços VoIP.

5.5.1. Vantagens: Potencial redução de custos em comparação com o STFC tradicional; Maior flexibilidade para expansão ou redução da capacidade; Possibilidade de integração com outros sistemas de comunicação; Menor dependência de infraestrutura física específica.

5.5.2. Desvantagens: Qualidade do serviço dependente da qualidade da conexão de internet; Possibilidade de instabilidade em caso de problemas na rede de dados; Necessidade de adaptação da infraestrutura de rede existente; Possível necessidade de investimento em equipamentos específicos.

#### **PABX Virtual**

5.6. A solução de PABX Virtual consiste na contratação de um serviço de central telefônica hospedada na nuvem, que permite a gestão centralizada das chamadas e a utilização de recursos avançados de telefonia. Esta solução pode ser oferecida por operadoras de telefonia ou por provedores especializados em serviços de comunicação unificada.

5.6.1. Vantagens: Eliminação da necessidade de investimento em equipamentos de PABX físico; Maior flexibilidade para expansão ou redução da capacidade; Recursos avançados de telefonia, como URA (Unidade de Resposta Audível), gravação de chamadas, etc.; Possibilidade de integração com outros sistemas de comunicação; Facilidade de gestão e monitoramento do serviço.

5.6.2. Desvantagens: Dependência da qualidade da conexão de internet; Possibilidade de instabilidade em caso de problemas na rede de dados; Necessidade de adaptação da infraestrutura de rede existente; Possível necessidade de investimento em equipamentos específicos (telefones IP, headsets, etc.).

5.7. Com base no levantamento de mercado realizado, conclui-se que a solução mais adequada às necessidades da Presidência da República **é a contratação de STFC tradicional**, com entroncamento digital E1 e faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR). Esta solução apresenta a melhor relação custo-benefício, considerando a confiabilidade e a qualidade do serviço, bem como a compatibilidade com a infraestrutura de telefonia existente na Presidência da República.

5.8. A contratação de STFC com tecnologia VoIP ou PABX Virtual poderia representar uma alternativa interessante em termos de custos e flexibilidade, mas demandaria investimentos adicionais em adaptação da infraestrutura de rede e aquisição de equipamentos específicos, além de apresentar riscos relacionados à qualidade e estabilidade do serviço em caso de problemas na rede de dados.

5.9. Portanto, recomenda-se a contratação de STFC tradicional, com a possibilidade de migração gradual para soluções baseadas em tecnologia VoIP ou PABX Virtual em contratações futuras, à medida que a infraestrutura de rede da Presidência da República seja adequada para suportar essas tecnologias com a qualidade e a confiabilidade necessárias.

## **6. Descrição da solução como um todo**

#### **Visão Geral da Solução**

6.1. A solução a ser contratada consiste na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, abrangendo chamadas locais, de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), para atendimento às necessidades da Presidência da República.

6.2. A solução contempla a disponibilização de infraestrutura de telefonia fixa, por meio de entroncamento digital E1 ou tecnologia equivalente/superior, com faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), garantindo a comunicação eficiente entre as diversas unidades da Presidência da República, bem como com outros órgãos, entidades e cidadãos.

#### **Componentes da Solução**

- 6.3. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade ligação local: Permite a realização de chamadas entre telefones fixos dentro da mesma área local;
- 6.4. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Ligação Local pelo valor de Comunicação 1 (VC1): Permite a realização de chamadas de telefones fixos para telefones móveis dentro da mesma área local;
- 6.5. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (LDN): Permite a realização de chamadas entre telefones fixos em diferentes áreas locais dentro do território nacional;
- 6.6. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 2 (VC2): Permite a realização de chamadas de telefones fixos para telefones móveis em áreas locais diferentes, mas dentro da mesma área de numeração primária;
- 6.7. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 3 (VC3): Permite a realização de chamadas de telefones fixos para telefones móveis em áreas de numeração primária diferentes;
- 6.8. Serviço Telefônico Fixo-Fixo e Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional (LDI): Permite a realização de chamadas de telefones fixos para telefones fixos ou móveis em outros países.

**Infraestrutura de Telefonia**

6.9. Entroncamento Digital E1: Fornecimento e conexão de Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1) junto às Centrais Telefônicas da Presidência da República, permitindo a realização de múltiplas chamadas simultâneas.

6.9.1. A Presidência tem disponível 13 troncos E1 com 30 canais cada e sinalização ISDN ativos distribuídos nos locais conforme segue:

Localidade	Quantidade E1 (30 Canais)	Canais	Sinalização PABX	Modelo PABX
Anexo do Palácio do Planalto	7 troncos E1 (30 Canais)	210	ISDN	ALCATEL OMNIPCX ENTERPRISE-OXE
Palácio do Planalto	4 troncos E1 (30 Canais)	120	ISDN	
Palácio da Alvorada	2 troncos E1 (30 Canais)	60	ISDN	

6.10 Faixas de Ramais com DDR: Disponibilização de faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), permitindo o acesso direto aos ramais internos da Presidência da República sem a necessidade de intervenção de telefonista;

6.10.1. A Presidência da República tem disponível cerca de 4.100 ramais ativos em operação.

6.11 Portabilidade Numérica: Realização da portabilidade numérica dos números telefônicos atualmente utilizados pela Presidência da República, garantindo a continuidade dos serviços sem alteração dos números de contato.

6.11.1. A Presidência da República (PR) tem disponível em operação cerca de 4.100 ramais ativos sendo que as faixas de numeração disponibilizadas pela operadora CLARO (atual contratada) para a PR é 6134111000 a 6134114999; e 6134115800 a 6134116999; e 6134118000 a 6134119999, distribuídas nas seguintes localidades:

Faixa - área 61	Localidade
3411-0000 a 0999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-1000 a 1999	Palácio do Planalto
3411-2000 a 2999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-3000 a 3999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-4000 a 4199	Palácio do Alvorada
3411-4400 a 4499	Residência Oficial do Torto
3411-4500 a 4599	Palácio do Jaburu
3411-4500 a 4999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-5800 a 5999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-6000 a 6999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-8000 a 8999	Anexos do Palácio do Planalto
3411-9000 a 9999	Anexos do Palácio do Planalto

**Serviços de Suporte e Manutenção**

6.12. Suporte Técnico: Disponibilização de número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana;

6.13. Manutenção Preventiva e Corretiva: Realização de manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a contratante, garantindo o pleno funcionamento dos serviços;

6.14. Atendimento de Ocorrências: Prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela contratante em prazos definidos, bem como correção de falhas e restabelecimento do serviço em caso de interrupções.

### **Serviços de Gestão e Controle**

6.15. Detalhamento de Chamadas: Disponibilização de faturas com detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada);

6.16. Relatórios Gerenciais: Fornecimento de relatórios gerenciais sobre a utilização dos serviços, permitindo o controle e a gestão eficiente dos recursos;

6.17. Portal de Gestão: Disponibilização de portal de gestão online para consulta de faturas, detalhamento de chamadas e solicitação de serviços.

### **Integração entre os Componentes da Solução**

6.18. Os componentes da solução estão integrados de forma a garantir a prestação de um serviço completo e eficiente de telefonia fixa para a Presidência da República. A integração entre os componentes ocorre da seguinte forma:

6.18.1. Integração entre Serviços de Telefonia: Os diferentes serviços de telefonia (local, LDN e LDI) são prestados de forma integrada, permitindo a realização de chamadas para diferentes destinos sem a necessidade de contratação de serviços adicionais;

6.18.2. Integração com a Infraestrutura Existente: A solução se integra à infraestrutura de telefonia existente na Presidência da República, por meio do entroncamento digital E1 ou SIP e das faixas de ramais com DDR;

6.18.3. Integração entre Suporte e Manutenção: Os serviços de suporte técnico e manutenção são prestados de forma integrada, garantindo a rápida solução de problemas e a continuidade dos serviços;

6.18.4. Integração entre Gestão e Controle: Os serviços de gestão e controle são integrados, permitindo o acompanhamento detalhado da utilização dos serviços e a gestão eficiente dos recursos.

### **Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica**

6.19. A solução inclui as seguintes exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica:

6.19.1. Suporte Técnico Contínuo: A contratada deverá fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana;

6.19.2. Prazos de Atendimento: A contratada deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante em até 24 horas corridas, para as capitais estaduais, e em até 72 horas para as demais cidades, a contar de sua solicitação;

6.19.3. Correção de Falhas: Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas;

6.19.4. Manutenção Preventiva e Corretiva: A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a contratante, garantindo o pleno funcionamento dos serviços;

6.19.5. Equipe Técnica Qualificada: A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação dos serviços de manutenção e assistência técnica;

6.19.6. Substituição de Equipamentos: Em caso de necessidade de substituição de equipamentos, a contratada deverá realizá-la sem ônus para a contratante e sem interrupção dos serviços.

### **Garantia de Qualidade e Continuidade dos Serviços**

6.20. A solução inclui as seguintes garantias de qualidade e continuidade dos serviços:

6.20.1. Níveis de Serviço: A contratada deverá garantir a prestação dos serviços com os níveis de qualidade estabelecidos pela ANATEL, em especial os definidos no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL - Resolução nº 717/2019 ou mais atual);

6.20.2. Disponibilidade: O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato;



6.20.3. Plano de Contingência: A contratada deverá dispor de plano de contingência para garantir a continuidade dos serviços em caso de falhas ou interrupções em sua rede;

6.20.4. Monitoramento Contínuo: A contratada deverá realizar monitoramento contínuo dos serviços, identificando e corrigindo pro-ativamente possíveis falhas ou degradações de qualidade;

6.20.5. Relatórios de Desempenho: A contratada deverá fornecer relatórios periódicos de desempenho dos serviços, permitindo o acompanhamento da qualidade e a identificação de possíveis problemas.

**Adequação às Necessidades da Presidência da República**

6.21. A solução proposta é adequada às necessidades da Presidência da República pelos seguintes motivos:

6.21.1. Atendimento aos Requisitos Técnicos: A solução atende a todos os requisitos técnicos identificados na seção 3 deste ETP, garantindo a prestação de serviços de telefonia fixa com a qualidade e a confiabilidade necessárias;

6.21.2. Compatibilidade com a Infraestrutura Existente: A solução é compatível com a infraestrutura de telefonia existente na Presidência da República, minimizando a necessidade de investimentos adicionais;

6.21.3. Relação Custo-Benefício: A solução apresenta a melhor relação custo-benefício entre as alternativas analisadas, considerando a qualidade, a confiabilidade e o custo dos serviços;

6.21.4. Flexibilidade: A solução permite a adaptação às necessidades específicas de cada unidade da Presidência da República, bem como a expansão ou redução da capacidade conforme a demanda;

6.21.5. Continuidade dos Serviços: A solução garante a continuidade dos serviços de telefonia fixa, essenciais para o funcionamento da Presidência da República e para o atendimento ao cidadão.

6.22. A solução proposta consiste na contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, abrangendo chamadas locais, de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), com infraestrutura de telefonia fixa por meio de entroncamento digital E1 ou tecnologia equivalente/superior, faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), portabilidade numérica, suporte técnico e manutenção.

6.23. Esta solução atende plenamente às necessidades da Presidência da República, garantindo a comunicação eficiente entre as diversas unidades, bem como com outros órgãos, entidades e cidadãos, com a qualidade, a confiabilidade e a continuidade necessárias para o adequado funcionamento dos serviços públicos.

**7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**Metodologia de Estimativa**

7.1. A memória de cálculo para a estimativa das quantidades a serem contratadas é apresentada a seguir:

7.1.2 Histórico de utilização: Análise do histórico de utilização dos serviços de telefonia fixa pela Presidência da República nos últimos 12 (doze) meses, considerando o volume de chamadas realizadas, a duração média das chamadas e os destinos mais frequentes;

7.1.3 Estrutura organizacional: Consideração da estrutura organizacional da Presidência da República, incluindo o número de unidades administrativas, o número de servidores e as necessidades específicas de comunicação de cada área;

7.1.4. Projeção de demanda: Projeção da demanda futura de serviços de telefonia fixa, considerando as tendências de utilização observadas nos últimos anos e as perspectivas de evolução da Presidência da República;

7.1.5 Benchmarking: Comparação com contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, considerando as especificidades de cada instituição e as diferenças de escala;

7.1.6 Margem de segurança: Inclusão de margem de segurança para absorver eventuais variações na demanda ou situações excepcionais que possam requerer maior utilização dos serviços.

**Memória de Cálculo**

7.2. A memória de cálculo para a estimativa das quantidades a serem contratadas é apresentada a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mensal Estimada	Quantidade Anual Estimada	Justificativa
	Ligações locais de				Baseado no histórico de

1	telefones fixos para telefones fixos (STFC LOCAL, FIXO-FIXO)	Minutos	50.000	600.000	utilização, com média de 12,5 minutos por ramal por mês
2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC LOCAL, FIXO-MÓVEL, VC1)	Minutos	45.000	540.000	Baseado no histórico de utilização, com média de 11,25 minutos por ramal por mês.
3	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC LDN, FIXO-FIXO, Degraus 1 a 4)	Minutos	30.000	360.000	Baseado no histórico de utilização, com média de 7,5 minutos por ramal por mês
4	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC LDN, FIXO-MÓVEL, VC2 E VC3)	Minutos	30.000	360.000	Baseado no histórico de utilização, com média de 7,5 minutos por ramal por mês
5	Ligações internacionais LDI de telefones fixos para qualquer País /Região (STFC LDI - FIXO-FIXO/MÓVEL)	Minutos	4.000	48.000	Baseado no histórico de utilização, com média de 1 (um) minuto por ramal por mês

#### Justificativa para as Quantidades Estimadas

7.3. As quantidades estimadas foram definidas com base na análise do histórico de utilização dos serviços de telefonia fixa pela Presidência da República nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, considerando o volume de chamadas realizadas, a duração média das chamadas e os destinos mais frequentes.

7.4. A estimativa considera a estrutura organizacional da Presidência da República, incluindo o número de unidades administrativas, o número de servidores e as necessidades específicas de comunicação de cada área. Foram consideradas também as projeções de demanda futura, baseadas nas tendências de utilização observadas nos últimos anos e nas perspectivas de evolução da Presidência da República.

7.5. Foi incluída uma margem de segurança para absorver eventuais variações na demanda ou situações excepcionais que possam requerer maior utilização dos serviços. Esta margem foi definida em aproximadamente 10% sobre o histórico de utilização, garantindo que a contratação seja suficiente para atender às necessidades da Presidência da República sem comprometer a eficiência na gestão dos recursos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 397.200,00

#### Metodologia de Estimativa

8.1. A estimativa do valor da contratação para 12 meses é de **R\$ 397.200,00 (trezentos e noventa e sete mil e duzentos reais)** e foi elaborada com base nos seguintes critérios:

8.1.1. Histórico de contratações: Consideração do histórico de contratações de serviços de telefonia fixa pela administração pública, com os devidos ajustes para refletir as condições atuais de mercado;

8.1.2. Análise de mercado: Consideração das tendências e condições atuais do mercado de serviços de telefonia fixa, incluindo a concorrência entre fornecedores e as inovações tecnológicas.

8.2. A metodologia adotada está em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Fontes de Pesquisa

8.3. Para a estimativa do valor da contratação, foram consultadas as seguintes fontes:

8.3.1 Painel de Preços do Governo Federal: Consulta a contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

8.3.2. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): Consulta a contratações similares realizadas por órgãos e entidades das diversas esferas da Administração Pública;

8.3.3. Contratos anteriores: Análise dos contratos anteriores de serviços de telefonia fixa da administração pública, com os devidos ajustes para refletir as condições atuais de mercado;

8.3.4. Tabelas de referência da ANATEL: Consulta às tabelas de referência de preços de serviços de telefonia fixa disponibilizadas pela ANATEL.

Memória de Cálculo

8.4. A memória de cálculo para a estimativa do valor da contratação é apresentada a seguir:

Item	Catser	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade Mensal Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	26115	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC LOCAL, FIXO-FIXO)	Minutos	50.000	0,10	5.000	60.000
2	26123	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC LOCAL, FIXO-MÓVEL, VC1)	Minutos	45.000	0,18	8.100	97.200
3	26131	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC LDN, FIXO-FIXO, Degraus 1 a 4)	Minutos	30.000	0,10	3.000	36.000
4	26140	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC LDN, FIXO-MÓVEL, VC2 E VC3)	Minutos	30.000	0,20	6.000	72.000
5	27839	Ligações internacionais LDI de telefones fixos para qualquer País/Região (STFC LDI - FIXO-FIXO/MÓVEL)	Minutos	4.000	2,75	11.000	132.000
Total						33.100	397.200

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento do objeto, pois foi definido um grupo único com diversos itens específicos da mesma natureza e interdependentes, para maior possibilidade de adequação as necessidades da Presidência da República.

9.2. A separação de itens em grupos isolados pode dificultar a execução do contrato, uma vez que seria oneroso para a Administração gerenciar vários fornecedores e prestadores de serviço em múltiplos contratos para serviços de mesma natureza. O mercado possui poucas empresas capazes de prestar os serviços nacionalmente com qualidade, e mesmo regionalmente, a competição ainda seria restrita, além de oportunizar que empresas sem expertise, porte e capacidade técnica, pudessem se aventurar e comprometer o sucesso da execução contratual e o alcance dos objetivos da administração, a saber:

9.2.1. Natureza do objeto: Avaliação da natureza do objeto a ser contratado, considerando suas características técnicas e de mercado;

9.2.2. Viabilidade técnica: Análise da viabilidade técnica do parcelamento, considerando a interdependência entre os componentes da solução;

9.2.3. Viabilidade econômica: Avaliação da viabilidade econômica do parcelamento, considerando os potenciais ganhos de economia de escala e os custos adicionais de gestão de múltiplos contratos;

9.2.4. Viabilidade operacional: Análise da viabilidade operacional do parcelamento, considerando os impactos na gestão e fiscalização dos contratos;

9.2.5. Ampliação da competitividade: Avaliação do impacto do parcelamento na ampliação da competitividade e na participação de empresas de menor porte no processo licitatório.

9.3. Após análise dos aspectos mencionados, conclui-se pela inviabilidade do parcelamento da solução.

### **Sobre o Critério de Julgamento**

9.4. O critério de julgamento será o de menor preço por grupo, considerando a natureza do objeto e a padronização dos serviços de STFC, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários conforme planilha no item 8.4 deste Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

### **Identificação de Contratações Correlatas**

10.1. As contratações correlatas são aquelas que, embora não façam parte do escopo da presente contratação, possuem relação direta ou indireta com o objeto a ser contratado, podendo influenciar ou ser influenciadas pela contratação em análise.

10.2. No contexto da contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), foram identificadas as seguintes contratações correlatas:

10.2.1. Contratação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) A contratação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) é correlata à contratação de STFC, pois ambas visam atender às necessidades de comunicação da Presidência da República, embora com características e finalidades específicas.

### **Relação com a contratação de STFC**

10.3. Complementaridade de serviços: O SMP complementa o STFC, permitindo a comunicação móvel dos servidores, enquanto o STFC atende às necessidades de comunicação fixa;

10.4. Integração de serviços: Em alguns casos, pode haver integração entre os serviços de telefonia fixa e móvel, como na utilização de recursos de transferência de chamadas; -

10.5. Gestão integrada: A gestão integrada dos serviços de telefonia fixa e móvel pode resultar em maior eficiência e economia para a Presidência da República.

10.6. Status da contratação correlata: A Presidência da República possui contrato vigente para a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com vigência até contrato nº 11/2021 com vigência até 19/04/2026.

### **Contratação de Manutenção de Central Telefônica**

10.7. A contratação de serviços de manutenção de central telefônica é correlata à contratação de STFC, pois a central telefônica é o equipamento responsável pela interface entre o STFC e a rede interna de telefonia da Presidência da República.

### **Relação com a contratação de STFC**

10.8. Compatibilidade técnica: A central telefônica deve ser compatível com os serviços de STFC contratados;

10.9. Integração de serviços: A central telefônica integra os serviços de STFC à rede interna de telefonia da Presidência da República;

10.10. Dependência funcional: O adequado funcionamento dos serviços de STFC depende do correto funcionamento da central telefônica.

10.11. Status da contratação correlata: A Presidência da República possui contrato vigente para a prestação de serviços de manutenção de central telefônica.

### **Impacto das Contratações Correlatas na Presente Contratação**

10.12. As contratações correlatas identificadas podem impactar a presente contratação de STFC nos seguintes aspectos:

- 10.12.1. Dimensionamento dos serviços: O dimensionamento dos serviços de STFC deve considerar a existência e a utilização de serviços correlatos, como o SMP, evitando sobreposições desnecessárias e garantindo a complementaridade dos serviços;
- 10.12.2. Especificações técnicas: As especificações técnicas dos serviços de STFC devem considerar a compatibilidade com os equipamentos e serviços correlatos, como a central telefônica e os serviços de internet;
- 10.12.3. Gestão contratual: A gestão do contrato de STFC deve ser coordenada com a gestão dos contratos correlatos, garantindo a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços;
- 10.12.4. Evolução tecnológica: A evolução tecnológica dos serviços correlatos, como a adoção de soluções baseadas em IP, pode influenciar a evolução dos serviços de STFC em contratações futuras.
- 10.13. A identificação e a análise das contratações correlatas e/ou interdependentes são fundamentais para o adequado planejamento da contratação de STFC, garantindo a compatibilidade técnica, a complementaridade dos serviços e a eficiência na gestão dos contratos.
- 10.14. As contratações correlatas identificadas (SMP, serviços de internet e manutenção de central telefônica) possuem relação direta com a contratação de STFC, devendo ser consideradas no planejamento e na gestão da presente contratação, especialmente no que se refere à compatibilidade técnica, à complementaridade dos serviços e à possibilidade de evolução para soluções convergentes no futuro.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional

- 11.1. A contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) está alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional da Presidência República, contribuindo diretamente para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos:
- 11.1.1. Aprimoramento da gestão institucional: A contratação de STFC contribui para o aprimoramento da gestão institucional, proporcionando meios de comunicação eficientes para a coordenação das atividades administrativas e a tomada de decisões;
- 11.1.2. Melhoria do atendimento ao cidadão: O STFC representa um canal de comunicação essencial para o atendimento às demandas da sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade e da eficiência do atendimento ao cidadão;
- 11.1.3. Otimização dos recursos públicos: A contratação centralizada do STFC, com tarifas diferenciadas e padronizadas, contribui para a otimização dos recursos públicos, em conformidade com o princípio da economicidade;
- 11.1.4. Modernização da infraestrutura: A contratação de STFC faz parte do processo de modernização da infraestrutura de comunicação da Presidência República, garantindo a disponibilidade de serviços de telefonia com qualidade e confiabilidade.

### Alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

11.2. Embora a contratação de serviços de STFC não seja considerada uma contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme entendimento vigente na Presidência República, é importante ressaltar seu alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República (PDTI PR/VP 2024-2027), , publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação por meio da Resolução CGD/PR n.º 41, de 8 de outubro de 2024, faz parte das competências da Diretoria de Tecnologia (DITEC) especialmente nos seguintes aspectos e necessidades:

Item	Eixo	Id Necessidade	Necessidade TI	Objetivo Estratégico
23	Telecomunicações	N23	Atualizar o serviço de comunicação do Presidente e do Vice-Presidente da República	OE1, OE5 e OE7
24		N24	Atualizar o serviço de comunicação nos deslocamentos do Presidente da República	OE1, OE5 e OE7
25		N25	Disponibilizar recursos para as atividades de telecomunicação	OE1 e OE7
26		N26	Garantir capacidade, nível de disponibilidade e performance da infraestrutura tecnológica e dos serviços de telecomunicações	OE1, OE5 e OE7

### 11.3. Descrição dos Objetivos Estratégicos

Objetivo	OE1 – Prover soluções de TI para a PR

Descrição	Ampliar a capacidade da infraestrutura e serviços de TI entregues
Benefícios	Soluções de TI que melhorem o desempenho dos servidores da PR na execução de suas atribuições

Objetivo	OE5 – Aperfeiçoar a gestão dos serviços de TI na PR
Descrição	Utilizar as melhores práticas para realizar a administração dos serviços de TI
Benefícios	Garantir a continuidade dos serviços de TI e a disponibilidade dos recursos necessários ao cumprimento das metas institucionais, evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica

Objetivo	OE7 – Aprimorar a infraestrutura tecnológica da PR
Descrição	Manter os recursos de infraestrutura atualizados evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica
Benefícios	Garantir a continuidade dos serviços de TI e a disponibilidade dos recursos necessários ao cumprimento das metas institucionais

#### **Alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA)**

11.4. A contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Presidência da República para o exercício de 2026, conforme as seguintes informações:

11.4.1. ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000002/2026

11.4.2. Data de publicação no PNCP: 09/05/2025

11.4.3. Id do item no PCA: 119

11.4.4. Classe/Grupo: 141 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS

11.4.5. Identificador da Futura Contratação: 110001-68/2026

11.4.6. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, abrangendo chamadas locais, de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI);

11.4.7. Justificativa: Necessidade de manutenção dos serviços de telefonia fixa para a Presidência República, garantindo a continuidade e a qualidade da comunicação institucional;

11.4.8. Valor estimado: R\$ 397.200,00 (trezentos e noventa e sete mil e duzentos reais);

11.4.9. Período previsto para a contratação: 05/02/2026. A presente contratação está, portanto, em conformidade com o planejamento de contratações da Presidência República para o exercício de 2026.

#### **Alinhamento com as Políticas de Governança Digital**

11.5. A contratação de STFC está alinhada com as políticas de governança digital da Presidência República, especialmente nos seguintes aspectos:

11.5.1. Multicanal de atendimento: O STFC representa um dos canais de atendimento ao cidadão, complementando os canais digitais e presenciais, em conformidade com a estratégia de multicanal de atendimento prevista nas políticas de governança digital;

11.5.2. Continuidade dos serviços: A contratação de STFC garante a continuidade dos serviços de comunicação essenciais, mesmo em situações de indisponibilidade ou limitação dos canais digitais;

11.5.3. Inclusão digital: O STFC representa um canal de comunicação acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua inclusão digital, contribuindo para a universalização do acesso aos serviços públicos.

11.6. A contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) está plenamente alinhada com o planejamento institucional da Presidência República, incluindo o Planejamento Estratégico Institucional, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Plano Anual de Contratações, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

11.7. Este alinhamento garante que a contratação contribua efetivamente para o alcance dos objetivos institucionais, a otimização dos recursos públicos e a melhoria dos serviços prestados à sociedade, em conformidade com os princípios que regem a Presidência República.

#### **Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)**

11.8. A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS-PR 2024/2026), que consolida práticas de sustentabilidade em conformidade com os critérios ESG (ambiental, social e de governança) conforme os seguintes objetivos:

11.8.1. Implementar práticas de sistema de compostagem de insumos orgânicos;

11.8.2. Minimizar o impacto ambiental na produção de resíduos relacionados às contratações de bens e serviços de engenharia e patrimônio;

11.8.3. Conscientizar os servidores e terceirizados a realizarem melhores práticas de gestão de resíduos;

11.8.4. Promover práticas de compensação de emissão de gases de efeito estufa - GEE;

11.8.5. Buscar soluções energéticas inovadoras com foco na redução de consumo e custos;

11.8.6. Promover a substituição de equipamentos obsoletos por modelos de alta eficiência energética em todas as áreas da organização;

11.8.7. Otimizar o consumo de água em todas as dependências do órgão;

11.8.8. Otimizar a ocupação dos espaços físicos da PR de forma racional e sustentável;

11.8.9. Aumentar a aplicação de critérios de sustentabilidade;

11.8.10. Garantir acessibilidade às informações disponíveis nos sítios eletrônicos do governo por Pessoa com Deficiência -PcD;

11.8.11. Disponibilizar a visitação virtual ao Palácio do Planalto;

11.8.12. Estimular o desenvolvimento da comunidade local;

11.8.13. Aumentar ações de capacitação e conscientização de sustentabilidade.

#### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

11.9.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

### **Benefícios Diretos**

12.1. Os benefícios diretos a serem alcançados com a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) são aqueles que resultam diretamente da disponibilidade e utilização dos serviços contratados, incluindo:

### **Comunicação Institucional Eficiente**

12.2. A contratação de STFC proporciona meios de comunicação eficientes para a interação entre as diversas unidades da Presidência da República, bem como com outros órgãos, entidades e cidadãos. A comunicação institucional eficiente contribui para:

12.2.1.. Coordenação de atividades: Facilita a coordenação de atividades entre diferentes áreas e unidades da Presidência da República;

12.2.2. Tomada de decisões: Agiliza o processo de tomada de decisões, permitindo a consulta e a troca de informações em tempo real;

12.2.3. Resolução de problemas: Facilita a resolução de problemas, permitindo a comunicação direta entre as partes envolvidas;

12.2.4. Integração institucional: Promove a integração institucional, fortalecendo o senso de unidade e colaboração entre as diferentes áreas da Presidência da República.

### **Atendimento ao Público**

12.3. O STFC representa um canal de comunicação essencial para o atendimento às demandas da sociedade, contribuindo para:

12.3.1. Acessibilidade: Garante a acessibilidade dos serviços públicos a todos os cidadãos, independentemente de sua inclusão digital ou localização geográfica;

12.3.2. Humanização do atendimento: Proporciona um atendimento humanizado, permitindo a interação direta entre o cidadão e o servidor público;

12.3.3. Resolução de demandas: Facilita a resolução de demandas complexas ou específicas, que requerem interação direta e detalhada;

12.3.4. Complementaridade de canais: Complementa os canais digitais de atendimento, garantindo alternativas para situações em que o atendimento digital não é adequado ou suficiente.

### **Continuidade dos Serviços Públicos**

12.4. A contratação de STFC contribui para a continuidade dos serviços públicos, garantindo:

12.4.1. Disponibilidade contínua: Disponibilidade contínua de meios de comunicação, mesmo em situações de indisponibilidade ou limitação dos canais digitais;

12.4.2. Redundância de canais: Redundância de canais de comunicação, reduzindo o risco de interrupção total da comunicação institucional;

12.4.3. Resiliência institucional: Fortalecimento da resiliência institucional, permitindo a manutenção das atividades essenciais em situações adversas;

12.4.4. Gestão de crises: Facilitação da gestão de crises, permitindo a comunicação rápida e eficiente em situações de emergência.

### **Qualidade e Confiabilidade da Comunicação**

12.5. O STFC proporciona comunicação com qualidade e confiabilidade, garantindo:

12.5.1. Qualidade de voz: Alta qualidade de voz, facilitando a compreensão e reduzindo mal entendidos;

12.5.2. Estabilidade da conexão: Estabilidade da conexão, minimizando interrupções e falhas durante as comunicações;

12.5.3. Confiabilidade do serviço: Confiabilidade do serviço, com altos níveis de disponibilidade e rápida recuperação em caso de falhas;

12.5.4. Segurança da comunicação: Segurança da comunicação, com proteção contra interceptações e violações de privacidade.

### **Benefícios Indiretos**

12.6. Os benefícios indiretos a serem alcançados com a contratação de STFC são aqueles que resultam dos efeitos secundários da disponibilidade e utilização dos serviços contratados, incluindo:

12.6.1. Eficiência Administrativa A contratação de STFC contribui para a eficiência administrativa, resultando em:

12.6.2. Redução de deslocamentos: Redução da necessidade de deslocamentos físicos para reuniões e consultas, economizando tempo e recursos;

12.6.3. Agilidade nos processos: Agilidade na execução de processos administrativos que dependem de comunicação e troca de informações;

12.6.4. Otimização do tempo: Otimização do tempo dos servidores, permitindo a resolução rápida de questões que requerem comunicação direta;

12.6.5. Simplificação de procedimentos: Simplificação de procedimentos administrativos, substituindo trâmites burocráticos por comunicação direta quando apropriado.

### **Economicidade**

12.7. A contratação centralizada de STFC, com tarifas diferenciadas e padronizadas, contribui para a economicidade, resultando em:

12.7.1. Economia de escala: Obtenção de economia de escala, com tarifas mais vantajosas em função do volume contratado;

12.7.2. Redução de custos administrativos: Redução dos custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos de telefonia;

12.7.3. Padronização de tarifas: Padronização de tarifas em toda a Presidência da República, facilitando o controle e a previsibilidade dos gastos;

12.7.4. Otimização de recursos: Otimização dos recursos públicos, com a contratação de serviços adequados às necessidades reais da Presidência da República.

### **Transparência e Controle**

12.8. A contratação de STFC com detalhamento de chamadas e relatórios gerenciais contribui para a transparência e o controle, resultando em:



12.8.1. Visibilidade dos gastos: Maior visibilidade dos gastos com telefonia, permitindo a identificação de padrões e oportunidades de otimização;

12.8.2. Controle de utilização: Melhor controle da utilização dos serviços, com identificação de desvios e uso inadequado;

12.8.3. Prestação de contas: Facilitação da prestação de contas, com informações detalhadas sobre a utilização dos recursos públicos;

12.8.4. Auditoria e fiscalização: Facilitação dos processos de auditoria e fiscalização, com registros detalhados das comunicações realizadas.

### **Satisfação dos Usuários**

12.9. A disponibilidade de serviços de telefonia fixa com qualidade e confiabilidade contribui para a satisfação dos usuários, resultando em:

12.9.1. Satisfação dos servidores: Maior satisfação dos servidores, com meios adequados para a realização de suas atividades;

12.9.2. Satisfação dos cidadãos: Maior satisfação dos cidadãos, com canais de comunicação acessíveis e eficientes para interação com a Presidência da República;

12.9.3. Clima organizacional: Melhoria do clima organizacional, com redução de frustrações relacionadas a dificuldades de comunicação;

12.9.4. Imagem institucional: Fortalecimento da imagem institucional, com percepção de eficiência e acessibilidade.

### **Benefícios Estratégicos**

12.10. Os benefícios estratégicos a serem alcançados com a contratação de STFC são aqueles que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da Presidência da República, incluindo:

12.10.1. Modernização da Presidência da República: A contratação de STFC faz parte do processo de modernização da Presidência da República, contribuindo para:

12.10.2. Infraestrutura moderna: Disponibilização de infraestrutura moderna de comunicação, adequada às necessidades atuais da Presidência da República;

12.10.3. Preparação para evolução tecnológica: Preparação para a evolução tecnológica, com possibilidade de migração gradual para soluções baseadas em tecnologia VoIP ou PABX Virtual no futuro;

12.10.4. Integração de serviços: Facilitação da integração de serviços de comunicação, preparando o caminho para a convergência tecnológica;

12.10.5. Cultura de inovação: Promoção de uma cultura de inovação, com adoção de soluções tecnológicas que aumentam a eficiência e a qualidade dos serviços.

### **Fortalecimento da Governança**

12.11. A contratação de STFC contribui para o fortalecimento da governança na Presidência da República, resultando em:

12.11.1. Gestão eficiente de recursos: Melhoria na gestão dos recursos de comunicação, com controle e otimização dos gastos;

12.11.2. Padronização de procedimentos: Padronização de procedimentos relacionados à comunicação institucional, facilitando a gestão e o controle;

12.11.3. Tomada de decisão baseada em evidências: Facilitação da tomada de decisão baseada em evidências, com informações detalhadas sobre a utilização dos serviços.

### **Melhoria da Prestação de Serviços Públicos**

12.12. A contratação de STFC contribui para a melhoria da prestação de serviços públicos, resultando em:

12.12.1. Acessibilidade dos serviços: Aumento da acessibilidade dos serviços públicos, com disponibilização de canais de comunicação adequados às diferentes necessidades e perfis de cidadãos;

12.12.2. Qualidade do atendimento: Melhoria da qualidade do atendimento, com comunicação clara, direta e eficiente;

12.12.3. Resolução efetiva de demandas: Aumento da efetividade na resolução de demandas, com comunicação direta entre as partes envolvidas;

12.12.4. Satisfação do cidadão: Aumento da satisfação do cidadão, com experiências positivas de interação com a Presidência da República.

12.13. A contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) resultará em benefícios significativos para a Presidência da República e para a sociedade, incluindo benefícios diretos relacionados à comunicação institucional eficiente, ao atendimento ao cidadão, à continuidade dos serviços públicos e à qualidade e confiabilidade da comunicação; benefícios indiretos relacionados à eficiência administrativa, à economicidade, à transparência e controle, e à satisfação dos usuários; e benefícios estratégicos relacionados à modernização da Presidência da República, ao fortalecimento da governança e à melhoria da prestação de serviços públicos.

12.14. Estes benefícios justificam plenamente a contratação proposta, demonstrando sua contribuição para o alcance dos objetivos institucionais e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **Adequação do Ambiente Organizacional**

13.1. Para garantir a efetividade da contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), é necessário adotar providências relacionadas à adequação do ambiente organizacional, incluindo:

#### **Estrutura Organizacional**

13.1.1. Designação de gestores e fiscais: Designação formal de servidores para atuarem como gestor do contrato, fiscal técnico, fiscal administrativo e fiscal setorial, conforme o caso, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

13.1.2. Definição de responsabilidades: Definição clara das responsabilidades de cada ator envolvido na gestão e fiscalização do contrato, incluindo as unidades administrativas responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços;

13.1.3. Estabelecimento de procedimentos: Estabelecimento de procedimentos para a gestão e fiscalização do contrato, incluindo rotinas de verificação da qualidade dos serviços, controle de utilização e tratamento de ocorrências.

#### **Capacitação de Pessoal**

13.2. Capacitação de gestores e fiscais: Capacitação dos servidores designados como gestores e fiscais do contrato, abordando aspectos legais, técnicos e operacionais da gestão e fiscalização de contratos de serviços de telefonia;

13.3. Capacitação de usuários: Capacitação dos servidores que utilizarão os serviços de telefonia fixa, abordando aspectos como utilização adequada dos recursos, boas práticas de comunicação e procedimentos para registro de ocorrências;

13.4. Elaboração de material de apoio: Elaboração de material de apoio para gestores, fiscais e usuários, incluindo manuais, guias rápidos e perguntas frequentes.

#### **Comunicação Institucional**

13.5. Divulgação da contratação: Divulgação interna da contratação, informando sobre os serviços disponíveis, as condições de utilização e os procedimentos para solicitação de serviços ou registro de ocorrências;

13.6. Sensibilização para uso racional: Realização de campanhas de sensibilização para o uso racional dos serviços de telefonia, promovendo a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos;

13.7. Canais de comunicação: Estabelecimento de canais de comunicação para esclarecimento de dúvidas, registro de sugestões e reclamações relacionadas aos serviços de telefonia.

### **Adequação da Infraestrutura Física e Tecnológica**

13.8. Para garantir a adequada prestação dos serviços de STFC, é necessário adotar providências relacionadas à adequação da infraestrutura física e tecnológica, incluindo:

#### **Infraestrutura de Telefonia**

13.9. Verificação da central telefônica: Verificação da compatibilidade e do adequado funcionamento da central telefônica existente, realizando ajustes ou atualizações se necessário;

13.10. Verificação da rede interna: Verificação da rede interna de telefonia, incluindo cabeamento, pontos de acesso e equipamentos terminais, realizando reparos ou substituições se necessário;

13.11. Preparação para instalação: Preparação dos locais de instalação dos equipamentos necessários para a prestação dos serviços, garantindo condições adequadas de espaço, energia elétrica, climatização e segurança.

#### **Infraestrutura de Suporte**

13.12. Sistemas de gestão: Adequação dos sistemas de gestão para o controle e acompanhamento dos serviços de telefonia, incluindo sistemas de registro de ocorrências, controle de utilização e gestão de faturas;

13.13. Procedimentos de backup: Estabelecimento de procedimentos de backup e contingência para garantir a continuidade dos serviços em caso de falhas ou interrupções;

13.14. Segurança da informação: Implementação de medidas de segurança da informação para proteger a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das comunicações realizadas por meio dos serviços de telefonia.

#### **Transição Contratual**

13.15. Para garantir a continuidade dos serviços durante a transição contratual, é necessário adotar as seguintes providências:

#### **Encerramento do Contrato Atual**

13.16. Notificação à contratada atual: Notificação formal à contratada atual sobre o encerramento do contrato, com antecedência suficiente para o planejamento da transição;

13.17. Levantamento de pendências: Levantamento de eventuais pendências relacionadas ao contrato atual, incluindo serviços não concluídos, pagamentos pendentes e ocorrências não resolvidas;

13.18. Devolução de equipamentos: Identificação e devolução de eventuais equipamentos de propriedade da contratada atual que estejam em posse da Presidência da República.

#### **Implantação do Novo Contrato**

13.19. Reunião inicial: Realização de reunião inicial com a nova contratada para alinhamento de expectativas, esclarecimento de dúvidas e definição do cronograma de implantação;

13.20. Plano de implantação: Elaboração e aprovação de plano de implantação detalhado, incluindo cronograma, responsabilidades e procedimentos para a transição dos serviços;

13.21. Portabilidade numérica: Planejamento e execução da portabilidade numérica, garantindo a manutenção dos números telefônicos atualmente utilizados pela Presidência da República;

13.22. Testes de funcionamento: Realização de testes de funcionamento dos serviços antes da entrada em operação plena, identificando e corrigindo eventuais problemas;

13.23. Período de estabilização: Definição de um período de estabilização após a implantação, com monitoramento intensivo e suporte reforçado para garantir a qualidade e a continuidade dos serviços.

#### **Gestão e Fiscalização do Contrato**

13.24. Para garantir a efetiva execução do contrato e a qualidade dos serviços prestados, é necessário adotar as seguintes providências relacionadas à gestão e fiscalização do contrato:

#### **Instrumentos de Gestão e Fiscalização**

13.25. Plano de fiscalização: Elaboração de plano de fiscalização detalhado, incluindo cronograma de atividades, responsabilidades e procedimentos para verificação da qualidade dos serviços;

13.26. Instrumentos de medição de resultados: Definição de instrumentos de medição de resultados (IMR) para avaliação objetiva da qualidade dos serviços prestados, em conformidade com o art. 115 da Lei nº 14.133/2021;

13.27. Relatórios de fiscalização: Estabelecimento de modelos e periodicidade para os relatórios de fiscalização, garantindo o registro adequado das atividades de fiscalização e dos resultados observados.

#### **Procedimentos de Gestão e Fiscalização**

13.28. Reuniões periódicas: Realização de reuniões periódicas com a contratada para avaliação da execução dos serviços, identificação de problemas e definição de ações de melhoria;

13.29. Verificação da conformidade: Verificação contínua da conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas e os níveis de serviço estabelecidos no contrato;

13.30. Tratamento de ocorrências: Estabelecimento de procedimentos para o registro, acompanhamento e resolução de ocorrências relacionadas à execução dos serviços;

13.31. Aplicação de sanções: Definição de procedimentos para a aplicação de sanções em caso de descumprimento das obrigações contratuais, em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.32. A adoção das providências identificadas nesta seção é fundamental para garantir a efetividade da contratação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), assegurando a adequada execução, a qualidade dos serviços prestados e a eficiência na gestão e fiscalização do contrato.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Identificação dos Impactos Ambientais A contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) pode gerar impactos ambientais em diferentes fases do ciclo de vida dos serviços, incluindo a implantação, a operação e o encerramento. A identificação desses impactos é fundamental para a definição de medidas de mitigação e para a promoção da sustentabilidade ambiental na contratação.

### **Impactos na Fase de Implantação**

14.2. Instalação de equipamentos: A instalação de equipamentos necessários para a prestação dos serviços pode gerar resíduos de embalagens, cabos e outros materiais;

14.3. Obras de infraestrutura: Eventuais obras de infraestrutura para adequação das instalações podem gerar resíduos de construção civil e impactos temporários no ambiente de trabalho;

14.4. Substituição de equipamentos: A substituição de equipamentos existentes por novos pode gerar resíduos eletrônicos, que requerem destinação adequada.

### **Impactos na Fase de Operação**

14.5. Consumo de energia: Os equipamentos utilizados para a prestação dos serviços consomem energia elétrica, contribuindo para a emissão indireta de gases de efeito estufa;

14.6. Manutenção de equipamentos: As atividades de manutenção preventiva e corretiva podem gerar resíduos de peças substituídas e materiais de consumo; c) Impressão de faturas e relatórios: A impressão de faturas detalhadas e relatórios gerenciais pode contribuir para o consumo de papel e tinta.

### **Impactos na Fase de Encerramento**

14.7. Desinstalação de equipamentos: A desinstalação de equipamentos ao final do contrato pode gerar resíduos que requerem destinação adequada;

14.8. Descarte de equipamentos: O descarte de equipamentos obsoletos ou danificados pode gerar resíduos eletrônicos, que requerem tratamento especial devido à presença de componentes potencialmente tóxicos.

14.9. Medidas de Mitigação dos Impactos Ambientais

14.10. Para mitigar os impactos ambientais identificados, serão adotadas as seguintes medidas:

### **Medidas na Fase de Implantação**

14.11. Gestão de resíduos: Exigência de que a contratada realize a gestão adequada dos resíduos gerados durante a instalação dos equipamentos, incluindo a separação, o acondicionamento e a destinação ambientalmente adequada;

14.12. Minimização de obras: Planejamento cuidadoso da implantação para minimizar a necessidade de obras de infraestrutura, aproveitando ao máximo a infraestrutura existente;

14.13. Logística reversa: Exigência de que a contratada implemente sistema de logística reversa para os equipamentos substituídos, garantindo sua destinação ambientalmente adequada.

### **Medidas na Fase de Operação**

14.14. Eficiência energética: Preferência por equipamentos com maior eficiência energética, reduzindo o consumo de energia e as emissões indiretas de gases de efeito estufa;

14.15. Manutenção preventiva: Implementação de programa de manutenção preventiva para prolongar a vida útil dos equipamentos e reduzir a necessidade de substituições;

14.16. Digitalização de documentos: Preferência pela disponibilização de faturas e relatórios em formato digital, reduzindo o consumo de papel e tinta.

#### **Medidas na Fase de Encerramento**

14.17. Plano de desinstalação: Elaboração de plano de desinstalação que contemple a gestão adequada dos resíduos gerados, minimizando os impactos ambientais;

14.18. Destinação adequada: Exigência de que a contratada realize a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos desinstalados, priorizando a reutilização, a reciclagem ou o tratamento específico para resíduos eletrônicos.

#### **Critérios e Práticas de Sustentabilidade**

14.19. A contratação de STFC incluirá os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SLTI/ MPOG nº 01/2010:

##### **Critérios de Sustentabilidade**

14.20. Conformidade ambiental: Exigência de que a contratada comprove o cumprimento da legislação ambiental aplicável, incluindo licenças e autorizações necessárias para a prestação dos serviços;

14.21. Certificações ambientais: Valorização de empresas que possuam certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001, demonstrando compromisso com a gestão ambiental;

14.22. Eficiência energética: Preferência por equipamentos com certificação de eficiência energética, como o Selo Procel ou equivalente internacional;

14.23. Logística reversa: Exigência de implementação de sistema de logística reversa para equipamentos eletrônicos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

##### **Práticas de Sustentabilidade**

14.23. Redução do consumo de papel: Incentivo à utilização de meios eletrônicos para comunicação, faturamento e relatórios, reduzindo o consumo de papel;

14.24. Gestão adequada de resíduos: Implementação de procedimentos para a gestão adequada dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, incluindo a separação, o acondicionamento e a destinação ambientalmente adequada;

14.25. Conscientização ambiental: Promoção de ações de conscientização ambiental junto aos servidores e colaboradores, incentivando práticas sustentáveis na utilização dos serviços de telefonia;

14.26. Monitoramento de consumo: Implementação de mecanismos para monitoramento do consumo de recursos, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria e a avaliação da efetividade das medidas de sustentabilidade adotadas.

#### **Declaração de Viabilidade Ambiental**

14.27. Com base na análise dos possíveis impactos ambientais e das medidas de mitigação propostas, declara-se que a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) é ambientalmente viável, desde que observadas as seguintes condições:

14.27.1. Implementação efetiva das medidas de mitigação dos impactos ambientais identificados;

14.27.2. Adoção dos critérios e práticas de sustentabilidade definidos neste estudo;

14.27.3. Monitoramento contínuo dos impactos ambientais durante a execução do contrato, com adoção de medidas corretivas quando necessário;

14.27.4. Cumprimento da legislação ambiental aplicável por parte da contratada e da Presidência da República.

14.28. A viabilidade ambiental da contratação será reavaliada periodicamente durante a execução do contrato, considerando os resultados do monitoramento dos impactos ambientais e a efetividade das medidas de mitigação adotadas.

14.29. A análise dos possíveis impactos ambientais da contratação de STFC demonstra que, embora existam impactos potenciais nas fases de implantação, operação e encerramento, estes podem ser adequadamente mitigados por meio da adoção de medidas específicas e da implementação de critérios e práticas de sustentabilidade.

14.30. A contratação é considerada ambientalmente viável, contribuindo para os objetivos de sustentabilidade da Presidência da República e para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme preconizado pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução proposta (contratação de STFC tradicional, com entroncamento digital E1 e faixas de ramais com discagem direta ao ramal) é viável e representa a alternativa mais vantajosa para a administração pública, considerando a qualidade e confiabilidade dos serviços, a compatibilidade com a infraestrutura existente, a maturidade e estabilidade da solução, a menor complexidade de gestão e a relação custo-benefício favorável.

A escolha da solução está alinhada com as necessidades e os requisitos identificados, contribui para o alcance dos objetivos estratégicos da administração pública e permite a evolução tecnológica futura, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços de telefonia fixa para a administração pública.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDSON LUIZ NASSAR GOUVEA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/12/2025 às 16:57:20.*

**HERNANDO SOARES ARAUJO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/12/2025 às 16:59:04.*